

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 376/XVI/1ª

PROMOVER O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E REFORÇAR A AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

O acesso ao ensino superior continua a reproduzir todas as desigualdades existentes na sociedade. O preço dos quartos, a propina, o custo das deslocações, tudo isto são despesas impossíveis para muitas famílias e estudantes.

Resultado disso, no ano letivo 2024/2025, ingressaram no Ensino Superior apenas 1655 alunas e alunos com o escalão A da ação social escolar, o que representa uma quebra de 41% em relação ao ano anterior. Parte das vagas existentes no contingente especial para alunos do escalão A não foram sequer utilizadas. No ano letivo anterior, entraram no ensino superior 2810 estudantes com escalão A, dos quais 1013 entraram pelo contingente especial.

A quebra verificada reflete, desde logo, os efeitos prolongados do aumento do custo de vida. Mas significa também que, para contrariar a reprodução das desigualdades sociais, é necessário um apoio que vá além da abertura de vagas e dos apoios sociais após o ingresso no ensino superior. É preciso atuar logo no ensino básico e secundário para dar as melhores condições a todas as crianças e todos os jovens possam atingir o seu melhor potencial e não encontrem portas fechadas pela sua origem social.

Além de garantir que estes estudantes se candidatam e ingressam no ensino superior, é preciso garantir que têm todas as condições para continuar. O principal problema, neste momento, é a falta de alojamento para os estudantes deslocados. A oferta de quartos para alojamento estudantil tem caído abruptamente e os preços têm subido em flecha. É preciso um programa de emergência para o alojamento estudantil e reforçar o programa nacional para o alojamento no ensino superior. Os estudantes não podem ser

prejudicados no seu direito à educação, não podem ficar à espera de residências cujas obras não acabaram ou nem sequer começaram. O risco de abandono do Ensino Superior é real.

Enquanto as residências não estão construídas, é preciso que o Estado mobilize edifícios públicos adaptados, faça protocolos com o setor hoteleiro e, se necessário, requisite alojamento turístico para o colocar ao serviço do alojamento estudantil. É necessário também rever o regulamento de bolsas de ação social para que o apoio aos estudantes deslocados não dependa da apresentação de recibo. Não são os estudantes quem tem a responsabilidade de fiscalizar o mercado do arrendamento. Deve bastar a apresentação de um comprovativo de transferência bancária para que o apoio seja dado a quem dele precisa.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - Crie um programa de promoção do acesso ao ensino superior por parte dos estudantes de famílias com menos recursos financeiros.
- 2 - Prossiga o trajeto de redução das propinas até à sua eliminação nas licenciaturas, CETeSP e mestrados integrados.
- 3 - Crie um programa de emergência para o alojamento estudantil com adaptação de edifícios públicos sem utilização para conversão em residências estudantis, protocolos com o setor hoteleiro para disponibilização de quartos a preços acessíveis e, se necessário, requisição temporária de imóveis afetos ao alojamento local ou alojamento utilizado com fins turísticos.
- 4 - Proceda à revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior de forma a:
 - a) aumentar o número de estudantes com a acesso à bolsa de ação social;
 - b) alargar o acesso ao complemento de alojamento a todos os estudantes deslocados sem necessidade de apresentação de recibo, bastando a apresentação de um comprovativo de transferência bancária;
 - c) alargar o acesso e aumentar os montantes do complemento de deslocação.

5 - Reforce o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, apostando nas residências estudantis públicas como solução preferencial para o acesso dos estudantes deslocados ao alojamento.

Assembleia da República, 04 de outubro de 2024

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; Fabian Figueiredo;

Marisa Matias; José Soeiro; Mariana Mortágua